



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição 17 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 7 de março de 2012


<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Indústria freia PIB e governo promete medidas fortes.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Crise global reduziu alta do PIB, diz Dilma .....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> PIB fraco no 1º ano de Dilma pressiona BC a reduzir juros.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Para Brasil crescer, Dilma acena com política proativa .....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Indústria limita avanço de investimentos.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Impostos e o desequilíbrio do comércio internacional.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> "PIB forte no fim do ano já está contratado", diz ex-ministro .....	8
<b>COLUNAS</b> VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Mantega promete mais medidas para incentivar a retomada do crescimento .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Após tombo do PIB, cortar juros vira prioridade.....	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Brasil tem a 6ª maior economia .....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Mantega: arsenal infinito no câmbio.....	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Mantega considera resultado satisfatório .....	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA SENADO</b> Dilma quer defender Brasil do "tsunami monetário" .....	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>G-1</b> Pressionado por guerra cambial e PIB, BC pode acelerar corte nos juros .....	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ESTADAO.COM</b> Duas más notícias do desempenho do PIB.....	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Mais medidas para o câmbio e a indústria .....	23
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Com alta do consumo e queda da indústria, PIB sobe 0,3% no 4º tri .....	24
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria freia <u>PIB</u> e governo promete medidas fortes</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Economia cresce apenas 2,7% em 2011; Planalto quer baratear financiamentos do BNDES e corte de juros**

O PIB brasileiro cresceu 2,7% em 2011, primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, contra 7,5% em 2010, último ano do presidente Lula. O resultado foi puxado pela indústria, que cresceu apenas 1,6%. O governo, que almeja crescimento anual de 5%, acena com medidas para acelerar a economia. Segundo o ministro Guido Mantega (Fazenda), haverá uma

ação mais forte do governo para que o crescimento se realize. O governo discute baratear financiamentos do BNDES para novos investimentos e um aporte de R\$ 30 bilhões para o banco. Além disso, o Planalto avalia que estão dadas as condições para que o Banco Central, na reunião de hoje, acelere o corte de juros.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Crise global reduziu alta do <u>PIB</u>, diz Dilma</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Para presidente, turbulência econômica nos Estados Unidos e na Europa desaquece os países emergentes**

**Andrei Netto**

A crise na Europa e nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, os remédios usados até aqui para enfrentá-la são as razões pelas quais países emergentes, como o Brasil, estão enfrentando reduções no ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**).

As análises foram feitas pela presidente Dilma Rousseff, ontem, em Hannover, na Alemanha, ao término de novo encontro com a chanceler Angela Merkel. Para a chefe de Estado brasileira, a turbulência econômica desaquece os países emergentes, que ainda enfrentam o "tsunami monetário", causador de valorização artificial do câmbio e perdas na balança comercial.

As declarações foram feitas em rápida entrevista coletiva ao final de uma visita à feira de tecnologia. Descrevendo o teor das reuniões com Merkel, Dilma reiterou as críticas ao excesso de liquidez promovido pelo Banco Central

Europeu (BCE) e pelo Federal Reserve (Fed) desde o início da crise, em 2008.

"Eu manifestei para a chanceler Merkel a preocupação do Brasil com a expansão monetária que vem ocorrendo por parte dos países desenvolvidos", disse a presidente. "Mas agora a expansão monetária da União Europeia provoca desvalorização das moedas, o que nós consideramos bastante adverso para o comércio internacional do Brasil."

Dilma disse entender as adversidades da zona do euro causadas pela crise das dívidas soberanas, mas reiterou a necessidade de "buscar melhores formas de cooperação".

Diferentemente da noite de segunda- feira, quando advertiu de forma indireta o Brasil contra "medidas protecionistas unilaterais", ontem Merkel se mostrou menos incisiva, evitou cobranças e reconheceu a interconexão da expansão de liquidez na Europa e da valorização de outras moedas em relação ao euro.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PIB fraco no 1º ano de Dilma pressiona BC a reduzir juros</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

No primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, a economia brasileira cresceu apenas 2,7% em 2011, segundo o IBGE. O resultado é inferior à média anual de 4,1% no governo Lula. O PIB foi influenciado pelo desempenho ruim da indústria, que cresceu só 1,6%. O consumo das famílias, que subiu 4,1%, impulsionou a economia, embora tenha sido o menor desde 2004

#### PIB fraco aumenta pressão para cortar juro

Crescimento de apenas 2,7% em 2011 e fragilidade da indústria reforçam preocupação do governo com câmbio

Banco Central pode acelerar redução da taxa básica de juros ao anunciar novo corte hoje, dizem analistas

VALDO CRUZ

LORENNA RODRIGUES

DE BRASÍLIA

Estatísticas divulgadas ontem pelo IBGE mostraram que o país cresceu apenas 2,7% no ano passado, aumentando a pressão para que o Banco Central acelere a redução dos juros e reforçando a disposição do governo de socorrer a indústria, o setor mais enfraquecido da economia.

O desempenho do primeiro ano do governo Dilma Rousseff contrasta com os resultados alcançados por seu antecessor, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PIB (Produto Interno Bruto) cresceu em média 4,1% ao ano com Lula e 7,5% em 2010, último ano de seu mandato.

Os números mostram que a economia cresceu num ritmo mais lento do que o desejado por Dilma, que no início do governo sonhava com um crescimento de 5% e estabeleceu como meta para este ano uma expansão de 4%.

A equipe econômica de Dilma acredita que o fraco desempenho dá ao Banco Central condições de acelerar a redução dos juros, o que estimularia a reação da atividade econômica e ajudaria a conter a valorização do real em relação ao dólar, que prejudica a indústria nacional.

O BC se reuniu ontem para avaliar a conjuntura econômica e deve anunciar hoje um novo corte da taxa básica

de juros. Analistas do mercado financeiro apostam num corte de até 0,75 ponto percentual, que diminuiria a taxa de 10,5% para 9,75%.

Na avaliação de assessores presidenciais, a inflação em queda neste início de ano e o excesso de dinheiro em circulação no mercado internacional abrem espaço para o BC cortar mais rápido os juros.

A medida não teria impacto imediato na atividade econômica, mas ajudaria a inibir o fluxo de capital especulativo para o Brasil, que valoriza o real em relação ao dólar e assim prejudica a indústria, estimulando importações e encarecendo as exportações.

Em viagem a Hannover, na Alemanha, a presidente culpou ontem a crise europeia pelo fraco desempenho do PIB e reafirmou a disposição de tomar medidas para proteger o mercado doméstico.


"Os países emergentes têm visto suas taxas de crescimento cair", disse Dilma. "O governo brasileiro terá uma posição pró-ativa no sentido de ampliar cada vez mais o crescimento sustentável."

Assessores têm alertado a presidente que o governo precisa ser cuidadoso ao manejar a economia agora, para evitar que ocorra um superaquecimento no segundo semestre do ano, o que poderia voltar a alimentar a inflação.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deixou clara a intenção do governo de tomar novas medidas para proteger a indústria e segurar a valorização do real em 2012.

"Não permitiremos que o câmbio se sobrevalorize e isso vai ajudar a indústria", afirmou. "[O câmbio] vai continuar em um patamar mais favorável para a indústria."

Colaboraram MARCELO NINIO, enviado especial a Hannover, e MARIANA CARNEIRO, de São Paulo

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Para <u>Brasil</u> crescer, Dilma acena com política proativa</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

#### Assis Moreira

**O governo brasileiro terá posição proativa para ampliar cada vez mais a taxa de crescimento do país de forma sustentável, disse ontem a presidente Dilma Rousseff em conversa com a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, em meio a novos indicadores de deterioração da economia global.**

Enquanto Dilma falava, empresários acompanhavam as notícias sobre o desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, que cresceu apenas 2,7% em 2011, sobre o declínio de 0,3% do **PIB** da zona do euro no quarto trimestre de 2011, por causa de menos gastos das famílias, investimentos e **exportações**, além de redução da estimativa de crescimento da China para 7,5% neste ano.

A presidente brasileira aproveitou a rápida entrevista à imprensa para voltar a culpar a crise nos países desenvolvidos pela diminuição da expansão econômica agora também nos emergentes. Manifestei à chanceler Merkel a preocupação do **Brasil** com a expansão monetária que vem ocorrendo por parte dos países desenvolvidos, que provoca desvalorização das moedas, e que nós consideramos bastante adverso para o **comércio** internacional do Brasil, afirmou Dilma, que no dia anterior ouvira Merkel por sua vez mencionar protecionismo unilateral.

Quando um jornalista alemão perguntou se Dilma tinha dado garantias de que não iria continuar o protecionismo, a presidente abordou o aumento do IPI nos carros **importados**: Eu queria assegurar que diante da valorização das moedas de forma artificial, o **Brasil** tomará todas as medidas que não firam as disposições da Organização Mundial do **Comércio** para evitar a desindustrialização da economia brasileira.

A chanceler alemã reiterou que as megaoperações de liquidez na Europa são para dar tempo para a zona do euro fazer reformas e insistiu que o objetivo não é causar instabilidade e que espera discutir os desequilíbrios da economia mundial na reunião de cúpula do G-20 no México, em junho.

O ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, afirmou que o decreto com o novo regime tributário do setor automotivo, concedendo prazo maior para montadoras estrangeiras instalarem fábricas no Brasil, está agora com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e a expectativa é de que seja logo assinado. **PIM**entel confirmou que o decreto vai reduzir gradualmente o IPI para as montadoras que se instalarem no país.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria limita avanço de investimentos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Francine De Lorenzo

**A perda de fôlego da indústria de transformação tira um dos elementos que deu vigor aos investimentos nos últimos anos, acreditam economistas consultados pelo Valor. Nem mesmo a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, afirmam eles, serão suficientes para trazer de volta o ímpeto que movia os investimentos até o estouro da crise internacional, em 2009.**

Entre 2006 e 2008, o ritmo de crescimento do investimento girou em torno de 2,5 vezes a expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**). Passado o pior momento da crise internacional, os investimentos se recuperaram, aumentando 21,3% em 2010, quase o triplo do avanço do **PIB** no período, que foi de 7,5%.

No ano passado, no entanto, os investimentos voltaram a esmorecer. Num contexto de grande incerteza externa, a formação bruta de capital fixo (FBCF), medida das contas públicas que mostra quanto o país investiu na compra de máquinas, equipamentos e materiais de construção, subiu 4,7%, não chegando a duas vezes a expansão da economia no período, que chegou a 2,7%. Mesmo assim, a taxa de investimento da economia brasileira recuou de 19,5% em 2010 para 19,3% do **PIB** em 2011.

Não creio que a relação entre o avanço do investimento e o crescimento do **PIB** retornará aos patamares de 2006 a 2008 tão cedo. Isso só acontecerá quando a indústria voltar a investir fortemente, o que não deve ocorrer no curto prazo, diz Sílvia Matos, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo ela, a crise externa acentua a baixa competitividade da indústria brasileira. Para ela, a expansão do investimento deverá girar em torno de 6% em 2012, cerca do dobro do aumento projetado para o **PIB**.

Mesmo com Copa e Olimpíada à vista, Thiago Carlos, da Link Investimentos, estima apenas ligeira aceleração nos investimentos neste ano. A expansão das **importações** deve frear os projetos.


Com a tímida participação da indústria, a expectativa dos economistas é que os setores de infraestrutura e

construção puxem os investimentos no **Brasil** nos próximos anos. Mas não há como dizer que essas áreas compensarão a perda de fôlego da indústria, diz o economista-chefe do BanifInvest, Mauro Schneider. O ritmo de crescimento dos investimentos, avalia Schneider, dependerá da capacidade de coordenação do governo. Se o setor público criar as condições necessárias para atrair as empresas, os investimentos poderão expandir mais rapidamente.

O governo, explica o professor do Insper, Alexandre Chaia, tem dois papéis fundamentais no incentivo aos investimentos. Um deles é o de criar a regulamentação necessária para assegurar os projetos e fiscalizar as operações. O segundo é o de conter seus gastos, para permitir a queda dos juros e, assim, baratear os financiamentos às empresas.

Também é **importante** o **desenvolvimento** do **mercado** de capitais, que possibilitaria menor dependência do **BNDES**, complementa Schneider. Copa e Olimpíada, na opinião do economista da BanifInvest, terão apenas um efeito catalisador sobre os investimentos. Ele chama atenção para os segmentos da infraestrutura que estão intimamente ligados ao consumo das famílias, como energia, transporte e saneamento básico. Com a renda subindo, a demanda por esses serviços também cresce.

Na construção, a expectativa de Sílvia Matos, da FGV, é que o programa Minha Casa, Minha Vida deslanche neste ano. Além de ser um incentivo à aceleração da economia, o programa tem grande apelo político em ano eleitoral.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Impostos e o desequilíbrio do comércio internacional</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Miguel Mirilli**

**Medidas protecionistas pró-indústrias sempre foram adotadas por países desenvolvidos**

A Embraer saiu vencedora da licitação promovida pela Força Aérea americana realizada em 2011. Mas, por enquanto, o contrato de US\$ 355 milhões para fornecimento de aviões para apoio aéreo no Afeganistão está suspenso. A empresa Hawker Beechcraft está questionando na Justiça o procedimento licitatório, argumentando principalmente que recursos dos contribuintes não podem ser destinados a gerar empregos fora do país, com base na legislação Buy American Act de 1933, que orienta as compras públicas a garantir preferência aos produtos made in USA.

Medidas protecionistas pró-indústria como esta sempre foram adotadas por países desenvolvidos por décadas. Historicamente, a principal prática adotada foi elevar a tarifa de importação, inviabilizando a entrada dos produtos importados, em especial, os de maior valor agregado, protegendo à indústria e beneficiando-se de um custo menor na aquisição de commodities originárias de países em desenvolvimento.

Altas tarifas foram substituídas por barreiras não tarifárias, como exigências fitossanitárias

Após um século de tarifa de importação elevada, os países desenvolvidos, com a indústria já bem consolidada, defenderam a abertura dos mercados, advogando pelos benefícios de redução tarifária e da integração global dos países.

Porém, as altas tarifas foram substituídas por barreiras não tarifárias, tais como, barreiras técnicas, fitossanitárias, ambientais, entre outras. Além disso, os países desenvolvidos mantiveram subsídios a certas indústrias, quotas de importação, práticas de dumping e outras práticas de comércio internacional facilmente questionáveis na OMC, a exemplo da recente condenação dos EUA no caso do algodão.

Logo, evidentemente que a abertura do mercado de países em desenvolvimento deve ser realizada com certa cautela. No caso brasileiro, a redução das barreiras tarifárias

não foi gradual. Saímos do forte protecionismo para tarifa de importação média de 11%, o que é equivalente à alíquota adotada em países como os EUA e a União Europeia.

Deve-se ter em mente que todos os países são protecionistas, alguns mais moderados, outros menos. Dentre as políticas protecionistas, existe a política desenvolvimentista, que é exatamente o que o Brasil precisa neste contexto de agravamento dos desequilíbrios da produção nacional em relação aos produtos importados.

A solução mais prática é o aumento da tarifa (alíquota do Imposto de importação) dentro dos limites assumidos no compromisso com a Organização Mundial de Comércio (OMC).

Porém, a tarifa de importação brasileira é comum ao Mercosul, sendo denominada de Tarifa Externa Comum (TEC), adotado por seus países membros. Assim, para a alteração da TEC é necessário o consentimento unânime dos demais países, o que nem sempre acontece e, quando acontece, levam-se anos.

O mecanismo para mitigar esse engessamento das alíquotas, foi a adoção pelo Brasil de uma lista de exceção à TEC, atualmente composta por 92 produtos, cuja alíquota difere daquela disposta na TEC, podendo variar de 0% a 35% para produtos manufaturados e 0% a 55% de produtos agropecuários.

Dentro do contexto de política desenvolvimentista, a partir de 2012, a indústria brasileira passará a dispor de outra lista de exceção à TEC, conforme recente aprovação pelo Mercosul.

Trata-se de uma lista de elevações transitórias da TEC, cuja inclusão do produto à lista poderá ser solicitada nos casos em que exista a comprovação de desequilíbrio comercial derivado da conjuntura econômica internacional. Leia-se, aumento do imposto de importação, à pedido da indústria nacional, em razão da dificuldade de competição com o produto importado.

Essa lista será composta por até 100 produtos e vai permitir o aumento do Imposto de importação com rápida aprovação e consentimento pelos demais países do Mercosul,



no prazo máximo de 15 dias, após a submissão do pedido pelo Brasil.

Não se trata de mero protecionismo, porque a elevação tarifária estará dentro dos limites estabelecidos na OMC, bem como a elevação deverá ser justificada por certo período, no máximo um ano, prorrogável por mais um ano. Além disso, o pedido de elevação tarifária deverá estar associado ao aumento de **produção** nacional, produtividade, vendas, empregos, entre outras externalidades positivas à indústria.


Logo, a solução criada está bem longe do insucesso da malfada política de substituição de **importações** adotada no século passado.

Em conclusão, a elevação do Imposto de **Importação** para determinados produtos será uma grande oportunidade

para salvar empresas ameaçadas pelos produtos chineses, incentivar indústrias nascentes de alta tecnologia e resguardar indústrias que necessitam de altos investimentos iniciais, que de outra forma não conseguiriam competir com os produtos **importados**.

Aliado a este novo instituto, a indústria ainda dispõe de sistemas tradicionais de proteção, como medidas antidumping, compensatórias e salvaguardas, bem como ampliação da aplicação de normas de valoração aduaneira pela Receita Federal, evitando o subfaturamento (descaminho), interposição fraudulenta de empresas, entre outras práticas ilegais de **comércio** internacional.

Miguel Mirilli é professor da Fundação Getúlio Vargas, membro da Comissão de **Comércio** Internacional da OAB/RJ e sócio do Vieira de Castro & Mansur Advogados.

	VEÍCULO <b>VALOR ECONÔMICO</b>	EDITORIA <b>COLUNAS</b>	
	TÍTULO <b>"<u>PIB</u> forte no fim do ano já está contratado", diz ex-ministro</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Sergio Lamucci

A recuperação da atividade econômica já está contratada e o Produto Interno Bruto (**PIB**) vai registrar um crescimento expressivo no fim deste ano, na casa de 5% a 6%, diz o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, mostrando pouca preocupação com o resultado fraco do segundo semestre de 2011, revelado ontem pelo IBGE. Segundo ele, o **PIB** avançará com força ao longo do ano, estimulado pelo maior fôlego da renda real, num cenário de queda da inflação, favorecida pelo alívio das commodities, e pelos cortes de juros e do relaxamento de algumas medidas macroprudenciais (de controle do crédito) promovidos pelo Banco Central.

Olhar para a desaceleração do **PIB** no segundo semestre é estar com o relógio atrasado em seis meses. O relógio atualizado mostra que o **PIB** estará crescendo 5% a 6% no fim do ano, um ritmo até superior ao que a economia aguenta, diz Mendonça de Barros, sócio da Quest Investimentos. Para ele, o consumo vai liderar a recuperação, mas o investimento seguirá atrás em seguida. O BC tem espaço para reduzir mais um pouco os juros, dos atuais 10,5% para 9,5% ao ano, mas não deve avançar muito mais no ciclo de corte da Selic, para não aquecer demais a atividade econômica, diz Mendonça de Barros.

Para o ex-ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, a desaceleração do **PIB** no segundo semestre de 2011 foi fruto do cenário que prevaleceu no começo do ano passado. O **PIB** virou o ano crescendo muito, houve um choque de commodities que comeu a renda real e o BC elevou os juros e adotou medidas de restrição ao crédito. O resultado foi um segundo semestre fraco, mas que já é passado, segundo ele, que projeta um crescimento médio de 3,5% em 2012. No fim do ano, porém, o ritmo de expansão será bem mais forte, insiste ele.

#### **Valor: Como o sr. analisa o resultado do PIB de 2011?**

Luiz Carlos Mendonça de Barros: É preciso tomar cuidado porque o resultado do **PIB** no segundo semestre é fruto do que ocorreu lá atrás. Na virada de 2010 para 2011, ocorreram três coisas **importantes**. A primeira é que a

economia entrou o ano crescendo a taxas ainda muito elevadas. Para usar uma linguagem simples, a economia estava bombando nessa época. O segundo fato é que houve um choque monstruoso de commodities na virada do ano, que chegaram a crescer 30% ao ano. Isso é **importante** porque chegou na inflação, comendo renda real. Como o consumo é quase dois terços do **PIB**, essa queda de renda real levou à redução do consumo para frente, batendo principalmente no terceiro trimestre. O terceiro evento é que, assustado com a inflação, o BC estava subindo os juros e tomando medidas macroprudenciais, que desaceleraram o crédito. Então o **PIB** do segundo semestre é resultado desses três fatores.

#### **Valor: E o que o momento atual diz sobre o PIB de 2012?**

Mendonça de Barros: Agora há um movimento na direção contrária do que ocorreu na virada de 2010 para 2011. As commodities caíram, o que desacelera a inflação. Como os salários nominais continuam a crescer a uma taxa de 8% a 9%, haverá aumento da renda real. A queda da inflação libera renda. Além disso, o BC está reduzindo os juros e relaxando algumas das medidas macroprudenciais. No fim de 2012, a economia estará crescendo 5% a 6%. Isso já está contratado.

#### **Valor: Que desafios essa composição do PIB traz para a política monetária?**

Mendonça de Barros: A política monetária age com defasagem. O que for feito agora vai influenciar o fim de 2012. Tem que tomar cuidado porque no fim do ano a economia estará crescendo 5% a 6%, e estímulos demais podem acender um sinal amarelo.

#### **Valor: O BC indicou que vai baixar os juros para a casa de um dígito. Ele deve fazer isso?**

Mendonça de Barros: Ainda há um certo espaço para cortar a Selic. Pode reduzir até 9,5%, já que essa coisa de um dígito ficou tão **importante**. Mas eu não iria mais longe do que isso. É comprar um problema mais à frente. O BC precisa começar a olhar para a demanda no fim deste ano, que deverá estar forte. Para o **PIB** avançar os 3,5% que eu estimo, terá que estar crescendo 5% a 6% no fim do ano.

**Valor: O consumo já mostrou uma recuperação no quarto trimestre. A retomada do crescimento será liderada pelo consumo?**

Mendonça de Barros: No Brasil é sempre assim. Depois o investimento vai atrás. A inflação voltou para um nível razoável com a queda das commodities. Com a inflação mais baixa, sobra mais dinheiro para o consumidor. Há também o efeito do aumento do salário mínimo. O crédito deverá voltar a crescer mais, e haverá o impacto defasado da queda dos juros. Projetamos crescimento de 4,5% do consumo das famílias, com uma alta de 6% a 6,5% no fim do ano.

**Valor: O investimento teve um desempenho decepcionante em 2011 e mostrou um resultado muito fraco no segundo semestre. Ele vai se recuperar em 2012?**

Mendonça de Barros: O investimento é sempre defasado em relação ao consumo. Nós entramos 2010 para 2011 com o investimento forte, reagindo ao aumento de demanda gerada em 2010. Quando se percebeu a desaceleração do consumo por causa do efeito da inflação mais alta sobre a renda e da ação do BC, houve uma desaceleração do investimento. No ciclo de curto prazo, é assim que as coisas funcionam. Da mesma forma, os empresários voltarão a investir quando ficar mais claro que o consumo voltou a crescer. Ninguém vai querer perder mercado.

**Valor: O sr. então está convicto da recuperação do PIB em 2012.**

Mendonça de Barros: Olhar para a desaceleração do PIB no segundo semestre é estar com o relógio atrasado em seis meses. O relógio atualizado mostra que o PIB estará crescendo 5,5% a 6% no fim do ano, um ritmo até superior ao que a economia aguenta. E é importante entender que o PIB de 2,7% do ano passado é irmão gêmeo dos 7,5% de 2010. O governo não precisa fazer mais nada. Eu fiz uma conta do crescimento médio do PIB de 2005 a 2012, considerando a nossa projeção de 3,5% para este ano. Dá uma média de 4%. É um número bastante razoável. Há quanto tempo o Brasil não consegue crescer 4% em média por oito anos? Há fatores importantes que dão solidez para a economia, ainda

que haja problemas estruturais, como a falta de competitividade da indústria. Há um mercado de consumo muito grande, a renda está preservada, o crédito funciona e há os ganhos de termos de troca proporcionados pela China, que elevaram o nível dos preços de commodities. Isso garante um saldo comercial razoável, que ajuda a financiar a importação.

**Valor: O cenário externo pode colocar em risco a recuperação?**


Mendonça de Barros: O cenário externo assustava mais quando havia o risco de um colapso na Europa, uma crise financeira. Mas esse risco parece não existir mais. Os governos passaram sete ou oito meses batendo cabeça, mas agora tem um plano de voo. E houve a ação importante do Banco Central Europeu.

**Valor: E a indústria de transformação? O resultado foi muito ruim, com crescimento de 0,1% em 2011**

Mendonça de Barros: A questão é de falta de competitividade. O câmbio é um problema, mas há questões de custo mais importantes. O gás natural e a energia elétrica estão muito caros. A mão de obra também. O editorial do Valor de hoje [ontem] diz que é preciso transformar o aumento de arrecadação em desonerações tributárias. Para melhorar a competitividade, é preciso um programa para melhorar as condições de oferta.

**Valor: O investimento na indústria de transformação vai sofrer?**

Mendonça de Barros: O investimento deve se concentrar em atividades ligadas a commodities, infraestrutura, serviços e a segmentos ligados ao consumo doméstico. O investimento na indústria de transformação vive hoje uma dinâmica diferente da dos outros setores, em função dos custos crescentes de produção e da concorrência dos produtos importados, que chegam hoje aos mais remotos cantos do país depois que o comércio decidiu distribuí-los com eficiência.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mantega promete mais medidas para incentivar a retomada do crescimento</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Depois do fraco crescimento econômico de 2,7% registrado no ano passado, o governo promete adotar novas medidas de incentivo fiscal e cambiais para alavancar a indústria de transformação, que cresceu apenas 0,1% entre 2010 e 2011. O objetivo do ministro da Fazenda, Guido Mantega, é cumprir a meta de 4,5% para o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, como deseja a presidente Dilma Rousseff.**

Ele explicou ontem, em entrevista coletiva na sede do **Ministério**, que mesmo fraco o desempenho do **PIB** em 2011 foi satisfatório, considerando a deterioração da economia internacional. Não fosse o agravamento da crise mundial, o avanço do **PIB** teria sido mais próximo a 4% do que dos 3%, avalia Mantega.

Segundo ele, a adoção de medidas de incentivos fiscais será necessária para estimular a indústria, que deu no ano passado a menor contribuição para o crescimento do **PIB**. Nos meses de novembro e dezembro, o ministro disse que já foi identificada uma ligeira retomada da economia, porém, uma aceleração maior se dará apenas no segundo semestre. Além dos estímulos, o governo aposta no fortalecimento dos investimentos públicos, represados em 2011, para reanimar a economia neste ano.

Outras medidas não estão prontas para serem anunciadas, mas a tendência é que ao longo do ano nós vamos fazendo medidas que forem necessárias para estimular investimento e o setor industrial. O setor industrial como um todo precisa de alguns estímulos e eles serão dados, destacou.

Além disso, o governo poderá ainda utilizar um arsenal infinito de medidas cambiais. Não há nenhum risco de o real se desvalorizar, prejudicando as **exportações** brasileiras. Esse é um dos campos de sua atuação mais **importante** do governo. Vamos manter um real menos desvalorizado que é o que interessa para economia brasileira, disse o ministro.

Sem mencionar as possíveis medidas, Mantega reforçou que não permitirá que haja um grande ingresso

de capitais que vêm em busca de especulação e arbitragem - investidores que tomam crédito em um país de juro baixo para aplicar em outro que paga uma taxa mais elevada para ampliar a rentabilidade. Nós vamos coibir essas operações. Vamos enfrentar esse excesso de liquidez e nós vamos manter o real desvalorizado com um arsenal de medidas que nós temos pela frente, explicou.

O ministro contou, por exemplo, que pode ampliar a atuação do governo tanto no **mercado** futuro quanto no à vista. Temos atuado nesses **mercados** e podemos ampliar nossa atuação em larga escala. Não há nenhum risco de o real se desvalorizar prejudicando as **exportações** brasileiras.

A forte entrada de **dólares** no país, por conta das elevadas taxas de juros, e a solidez da economia, fazem com que o real se valorize com relação ao **dólar** prejudicando, principalmente, a indústria. Mantega afirmou que, no que diz respeito à política monetária, o país está na direção correta.

Desde agosto, o BC vem cortando a taxa básica de juros (Selic) para estimular a economia brasileira e a tendência é de que um novo corte - 0,5 ou 0,75 pontos percentuais - seja feito hoje na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Mas o ministro não quis especular sobre novos cortes. Disse, no entanto, que os preços no país estão comportados. Se confirmada a desaceleração da economia internacional e da China, nós poderemos ter uma redução dos preços das commodities. O risco hoje não é tanto de inflação, mas de deflação dos preços de commodities. Do ponto de vista inflacionário não há maiores desafios. A inflação está sob controle e pode tender a cair mais no âmbito internacional, ponderou o ministro, acrescentando que o aumento dos preços do petróleo afetam o país, porém em intensidade menor que em outras economias.

Sobre a possibilidade de mudança na rentabilidade da caderneta de poupança por conta da redução gradual da Selic no país, Mantega afirmou que, pelo menos por

enquanto, não há motivos para isso. A queda dos juros faz com que as aplicações na caderneta se torne um

investimento mais rentável que os fundos de renda fixa.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Após tombo do PIB, cortar juros vira prioridade</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A economia brasileira levou um baque no primeiro ano do governo Dilma. O PIB caiu de 7,5%, em 2010, para 2,7%, em 2011, por causa do agravamento da crise internacional e das medidas tomadas, no início do ano, para segurar a inflação. Com o desafio de fazer o país voltar a crescer, o governo prepara medidas de corte de impostos e ampliação do crédito. Além disso, tornou-se essencial que o BC, que se reúne hoje, anuncie novos cortes de juros. O consumo das famílias continuou crescendo, pelo oitavo ano, mas a indústria encolheu

#### Corte maior de juros agora vira prioridade

Incentivo ao setor produtivo também está entre opções para país crescer 4%. Mercado aposta em redução da Selic de 0,5 a 0,75 ponto hoje

Martha Beck,

Gabriela Valentee

Vinicius Neder

#### do PIBão ao PIBinho

Brasília e RIO. O mercado aumentou as apostas em corte mais acentuado na taxa básica de juros, a Selic, a ser anunciado hoje após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), após o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmar que o governo fará o necessário para a economia crescer 4% em 2012, desempenho esperado pela presidente Dilma Rousseff. O arsenal de medidas para estimular o crescimento inclui, além da queda maior nas taxas de juros, desonerações em segmentos estratégicos do setor produtivo, incentivos para investimentos e ações para estimular o crédito e o consumo das famílias.

- Sempre é possível criar estímulos que podem ser fiscais ou monetários. No ano passado, ficamos mais contidos, por causa do cenário inflacionário. Estou tranquilo que, com os instrumentos que temos, vamos conseguir fazer o que precisamos - afirmou Mantega.

A expectativa é que o BC acelere a queda na Selic para estimular ainda mais a economia. No governo, há

consenso de que existe espaço para mais cortes na taxa básica, hoje em 10,5% ao ano.

Para aumentar a oferta de crédito, o governo conta com um plano de redução dos juros nos empréstimos concedidos por bancos públicos. Com financiamento mais barato, as empresas poderão aumentar a produção e as famílias, consumir mais. A estratégia é estimular a competição, forçando as instituições privadas a baixarem suas taxas, que, na avaliação do governo, são excessivamente elevadas.

Além disso, o BNDES terá seu capital reforçado para financiar investimentos em infraestrutura, setor fundamental para impulsionar o crescimento do país e com grande poder de geração de empregos. No campo das desonerações, o governo pretende ampliar o número de setores que são beneficiados pela redução de tributos que pesam sobre a folha da pagamentos. Isso porque, além de tirar a competitividade em relação aos concorrentes de outros países, o alto custo de um funcionário formalizado inibe as contratações.

Para turbinar o crescimento, o governo conta também com as ações anunciadas no ano passado, mas que só terão efeito prático este ano. É o caso do programa Reintegra, que prevê um crédito tributário de 3% para os exportadores de manufaturados. Antes, havia uma grande burocracia para comprovar o direito a esse tipo de benefício, mas com o plano Brasil Maior - anunciado no ano passado - o governo resolveu abrir essa possibilidade a todas as empresas que vendem tais produtos no mercado internacional.

#### Preocupação demonstrada pelo governo muda apostas

Os recentes sinais de preocupação do governo com a queda do dólar e com o impacto negativo do excesso de liquidez gerado pelos bancos centrais dos países desenvolvidos - que a presidente Dilma chamou de "tsunami monetário" - reforçaram as apostas do mercado em uma Selic menor.

Ontem de manhã, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2013 (mais negociados na Bolsa de Mercado de Futuros) chegou a 8,93%, menor patamar já atingido, segundo a agência Bloomberg News. No

fim do pregão, houve uma correção e a taxa ficou em 9,01%, ante 9,03% do pregão anterior.


Nos últimos pregões, mais investidores passaram a apostar numa aceleração dos cortes na Selic, passando do 0,5 ponto percentual para 0,75 ponto. Segundo analistas, como o **PIB** anunciado ontem veio dentro do esperado - se o crescimento econômico viesse ainda mais baixo no quarto trimestre, poderia haver mais espaço para o BC cortar mais os juros -, a preocupação do governo tem tido impacto.

Também os economistas já estão revendo suas projeções para a Selic diante dos movimentos do governo, embora o consenso ainda seja por um corte de 0,5 ponto hoje. Ontem, o Banco Modal divulgou relatório revisando a projeção de corte de 0,5 para 0,75 ponto. Em relatório da

sexta-feira, a corretora Icap **Brasil** divulgou projeção de corte de 1 ponto, com a Selic caindo para 9,5% anuais hoje.

Para Jacob Weintraub, sócio da gestora Oren Investimentos, a sinalização do governo sobre o câmbio e a liquidez internacional trouxe uma nova variável para definir as apostas no **mercado** de juros futuros.

- Há uma leitura de que uma maneira de combater o efeito do excesso de fluxo de recursos para o país seria cortar mais os juros - diz Weintraub, destacando que as taxas dos contratos já consideram 50% de chance de um corte de 0,75 ponto na Selic hoje.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO <b>Brasil tem a 6ª maior economia</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Com **PIB** de US\$ 2,48 tri, o país superou o Reino Unido e se oficializou como 6º lugar no mundo. Mas a alta de 0,5% no quarto trimestre foi a 28ª posição

**Brasil passa Reino Unido e é 6 maior economia**

**PIB** atinge US\$ 2,48 tri, acima dos US\$ 2,26 tri dos britânicos. No 4 trimestre, crescimento do país fica apenas em 28 lugar

Paulo Justus

### DO PIBÃO AO PIBINHO

SÃO PAULO. Apesar do fraco desempenho registrado em 2011, inferior ao de outros países emergentes, o **Brasil** ultrapassou o Reino Unido e pulou do sétimo para o sexto lugar entre as maiores economias no mundo. Convertido em **dólares**, o **PIB** brasileiro chegou a US\$ 2,48 trilhões no período, acima dos US\$ 2,26 trilhões alcançados pelo Reino Unido - que avançou apenas 0,8% no ano passado. O ranking, segundo o banco WestLB, continua sendo encabeçado pelos Estados Unidos, com US\$ 15,32 trilhões, seguido pela China, com US\$ 7,42 trilhões.

- Estamos próximos da França, que ocupa a quinta posição e teve um **PIB** 12% maior que o **Brasil** no ano passado, com US\$ 2,78 trilhões - disse o estrategista-chefe do banco, Luciano Rostagno, responsável pela conversão dos **PIBs** em **dólares**.

Ele acredita que o país deve ultrapassar a França em 2015, estimativa semelhante à do FMI. Isso considerando que o **Brasil** cresça 3,5% este ano, 4,5% no ano que vem e 5% em 2014 e 2015. Em contrapartida, a variação do **PIB** francês precisa se manter entre 1,5% e 2,5% nos próximos anos.

### Resultado foi pior que o de outros emergentes

A comparação não é tão positiva para o **Brasil** quando se examina, não o valor monetário, mas a variação do **PIB**. Por esse critério, o país ficou na rabeira do Bric (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia e China) e abaixo de outros emergentes. Numa amostra com 18 economias, os

2,7% registrados em 2011 colocam o **Brasil** em oitavo lugar, atrás de China (9,2%) e Índia e Peru (ambos com 6,9%), por exemplo. Mas o país bateu as principais economias europeias, que atravessam grave crise financeira, e os EUA (1,7%).

Já na análise que leva em consideração o desempenho do quarto trimestre de 2011 frente ao mesmo período do ano anterior, a alta de 1,4% do **Brasil** o coloca em 28 lugar entre as 46 economias que já divulgaram o dado.

- Nosso **PIB** teve alta de 2,7%, mas a inflação ficou no teto da meta, de 6,5%. Isso mostra que nossa capacidade de crescer não só está limitada, mas está se reduzindo - disse Alessandra Ribeiro, analista da Tendências Consultoria.

Segundo ela, o mau desempenho do **Brasil** em relação aos emergentes mostra que o país ainda não fez a lição de casa. Em 2011, afirmou, a economia brasileira foi, mais uma vez, puxada pelo consumo das famílias, enquanto o desempenho dos países asiáticos refletiu uma poupança maior e um nível mais elevado de investimento.

Para o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, as economias asiáticas ainda se beneficiam da proximidade com a China. No caso dos países do Leste da Europa, que também registraram crescimento expressivo, o melhor desempenho se deve à baixa base de comparação dos anos anteriores.

- Muitos desses países europeus que tiveram crescimento alto no ano passado sofreram bastante nos anos anteriores. A Letônia, por exemplo, que cresceu 5,8% no quarto trimestre, chegou a ter uma queda de dois dígitos no **PIB** na época da crise - afirmou.


Mesmo na América Latina, o país teve um desempenho aquém do de outras economias. Neste caso, mais uma vez, a falta de investimento fez a diferença, diz Carlos Honorato, professor da Fundação Instituto de Administração (FIA):



- Peru e Colômbia crescem mais que o país porque fizeram as reformas do Estado e planejaram a atuação em setores específicos. Não conseguimos ter uma visão de longo prazo.

Segundo levantamento da Austin Rating, o crescimento de 2,7% do **PIB** brasileiro em 2011 ficou

abaixo da média de 3,8% dos 18 países que já divulgaram o dado. No quarto trimestre, a alta de 1,4% também ficou abaixo da média de 2,5% de 46 países.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mantega: arsenal infinito no câmbio</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**BRASÍLIA.** O ministro da Fazenda, Guido Mantega, garantiu ontem que o governo vai manter o real desvalorizado para proteger a indústria nacional da chamada guerra cambial - na qual os países ricos enfraquecem suas moedas com o objetivo de ganhar mais competitividade no mercado internacional. Embora as ações recentes do governo não tenham impedido a queda do dólar, Mantega enfatizou que seu arsenal é infinito e sinalizou que vai continuar atuando, tanto no mercado de câmbio à vista quanto no mercado futuro.

- Vamos viver um agravamento da guerra cambial em 2012, mas o Brasil é um país prevenido. Temos um arsenal infinito. Já adotei medidas e posso criar outras - afirmou Mantega.

**O ministro mostrou-se enfático:**

- Temos atuado nos mercados spot (à vista) e futuro, e podemos aumentar nossa atuação em larga escala. Não há risco de o real se valorizar e causar danos à indústria. Vamos manter a moeda desvalorizada.

A equipe econômica vem trabalhando em ações para aumentar o controle sobre o chamado capital estrangeiro especulativo, aquele que ingressa no país em busca de lucro fácil. Os técnicos já trabalham, por exemplo, com a possibilidade de usar o Fundo Soberano para comprar dólares no mercado, atuando em conjunto com o Banco

Central (BC) nessa ação. Além disso, o governo vai continuar com sua política de defesa comercial, para evitar a entrada de produtos importados muito baratos no mercado doméstico.

Mantega disse que não vê risco de um cataclismo no cenário externo este ano, embora o Brasil possa sofrer as consequências da desaceleração da economia internacional, especialmente na China - que no último domingo reduziu sua meta de crescimento este ano de 8% para 7,5%. Mesmo assim, o ministro assegurou que o Brasil está preparado para esse cenário, pois possui um mercado interno forte.

A Receita Federal fez ontem alguns esclarecimentos com relação ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre as compras com cartões de crédito no exterior (6,38%) e sobre os empréstimos de empresas brasileiras no exterior com prazo inferior a três anos (6%). No primeiro caso, o Fisco informou que o tributo deve ser cobrado mesmo quando o comprador optar pelo pagamento em real.

Já no segundo, esclareceu que o tributo mais elevado vale para empréstimos com prazo inferior a 1.080 dias, o equivalente a três anos. Isso porque havia a dúvida dos operadores de mercado sobre a forma de contagem desse prazo.

	VEÍCULO <b>O GLOBO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mantega considera resultado satisfatório</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Antes do anúncio, Dilma culpou crise nos ricos por desaceleração de emergentes**

**Martha BeckDeborah Berlinck\***

BRASÍLIA e HANNOVER. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, considerou satisfatório o desempenho da economia em 2011. O crescimento de 2,7% foi atribuído às medidas de restrição ao crédito - que o governo teve de adotar no primeiro semestre para conter pressões inflacionárias - e ao agravamento da crise internacional. Mantega disse que, sem a deterioração do quadro externo, o **PIB** teria crescido cerca de 4% no ano passado.

- Em termos de desempenho, o crescimento foi satisfatório. Acho que 2011 foi um bom ano para a economia, embora o crescimento do **PIB** não tenha sido tão alto quanto nós esperávamos - afirmou.

O resultado já era esperado pela equipe econômica, que chegou a trabalhar nos bastidores com a possibilidade de o crescimento de 2011 ficar em 2,5%. Oficialmente, a última projeção era de 3,2%. Para Mantega, o fato de o governo ter pisado fortemente no freio no início de 2011 - o que acabou comprometendo o resultado do ano - não foi um erro:

- Havia uma inflação mundial que corria o risco de afetar o Brasil.

O ministro fez questão de destacar que a economia terminou 2011 em aceleração e que o resultado de 2012 será melhor:

- O **importante** é que começamos 2012 com a economia aquecida. Vimos um aquecimento em novembro e dezembro que vai continuar este ano. Estamos numa trajetória maior que em 2011. O ápice vai ser no segundo semestre, quando a economia estará crescendo a 5%. Vai fechar o ano (com alta) entre 4% e 4,5%.

O ministro destacou que o governo conseguiu conter as pressões inflacionárias e que esse não deve ser um problema em 2012, já que as commodities, que pressionam fortemente o IPCA, devem sofrer uma queda.

Já a presidente Dilma Rousseff encerrou ontem dois dias de viagem à Alemanha, culpando a crise nos países ricos

pela desaceleração no crescimento no mundo emergente. E cobrou solução.

Em entrevista, ao lado da chanceler alemã, Angela Merkel, durante visita à maior feira de tecnologia do mundo, a CeBIT, Dilma disse que "não são os países em **desenvolvimento** que estão sofrendo pressão nas suas taxas de crescimento, mas também os países emergentes".

- Na verdade, o que tem acontecido é que os países emergentes têm visto suas taxas de crescimento diminuir - reclamou, antes da divulgação do **PIB**.

O governo, segundo Dilma, agirá de forma "pró-ativa" para aumentar o crescimento do país. Mas fará isso "respeitando o equilíbrio macroeconômico com finanças públicas e uma estrutura fiscal sólida".

A presidente disse que quer ver mais empresas alemãs expandindo investimentos no Brasil, "tanto em infraestrutura quanto nos grandes eventos, como Copa e Olimpíadas".


Dilma repetiu, desta vez em público, ao lado de Merkel, a queixa de que a expansão monetária nos países ricos - primeiro nos EUA e agora na Europa - está prejudicando países emergentes. O **Brasil** está particularmente incomodado com a decisão do Banco Central Europeu de emprestar 530 bilhões a juros subsidiados aos bancos da região. Isso estaria provocando aumento do fluxo de capital em busca de melhor rendimento nos emergentes, afetando o câmbio.

- Isso provoca desvalorização das moedas, o que consideramos bastante adverso para o **comércio** internacional do **Brasil** - afirmou Dilma.

Já Merkel reconheceu que muita liquidez provoca instabilidade e que este não é o objetivo da União Europeia. Mas justificou:

- Temos que aproveitar o tempo que temos agora para estabilizar a situação.

Quando um jornalista estrangeiro perguntou à Dilma se o governo vai parar de adotar medidas protecionistas, a presidente não deixou dúvida de que o **Brasil** vai reagir para se defender.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma quer defender <u>Brasil</u> do "tsunami monetário"</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A presidente disse à chanceler alemã, Angela Merkel, que a expansão monetária dos países desenvolvidos cria um cenário "bastante adverso" para o comércio das empresas brasileiras no mercado internacional**

#### Chrystiane Silva

A presidente Dilma Rousseff está preocupada com a ajuda que o Banco Central Europeu (BCE) pode conceder às instituições que enfrentam problemas financeiros.

O BCE anunciou que tem € 530 bilhões para emprestar aos bancos e que vai cobrar juros baixos nessas transações.

A medida é uma tentativa de ajudar a Europa a sair da crise financeira.

Nos últimos dias, Dilma tem reclamado que essa política expansionista, chamada de

"tsunami monetário", pode provocar a desvalorização do euro e aumentar a entrada de dinheiro nos países emergentes.

Se a previsão estiver correta, o real ficará fortalecido em relação ao dólar e pode encarecer as exportações brasileiras. "Diante da desvalorização artificial das moedas dos outros países, o Brasil tomará todas as medidas que não firam as disposições da OMC (Organização Mundial do Comércio) para evitar que essa desvalorização artificial das moedas desindustrialize a economia brasileira", afirmou.

As declarações de Dilma foram feitas após uma visita à feira de tecnologia CeBIT, em Hannover, na Alemanha, que neste ano tem o Brasil como país parceiro.

A presidente passou três dias na Europa onde se reuniu com a chanceler alemã Angela Merkel para discutir a crise internacional.

Merkel tranquilizou Dilma afirmando que a liquidez do BCE é uma medida destinada a ajudar as reformas da zona do euro para enfrentar a crise. Ela também afirmou que o Brasil tem pedido que a Europa estabilize o euro antes que o Fundo Monetário Internacional (FMI) aumente seu próprio capital e libere mais dinheiro para os países em dificuldades, como a Grécia.

Durante o encontro, a premiê alemã aproveitou para criticar o protecionismo brasileiro e citou como exemplo o aumento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) dos carros estrangeiros realizado no ano passado.

Angela Merkel é a principal defensora, dentro da União Europeia, das medidas de cortes de gastos e austeridade fiscal para ajudar os países a sair da crise financeira. Essas resoluções são importantes para retomar a confiança dos mercados na economia europeia e na capacidade de saída da crise.

O governo brasileiro, porém, já expressou preocupação com o efeito recessivo dessas políticas e defende investimentos para fomentar o crescimento.

Durante o encontro, Dilma disse entender as adversidades da zona do euro causadas pela crise das dívidas soberanas de diversos países, mas reiterou a necessidade de buscar melhores formas de cooperação entre as nações.

#### Investimentos

No dia em que foi feito o anúncio de que a economia brasileira cresceu apenas 2,7% no ano passado, a presidente disse que gostaria de contar com investimentos de empresas alemãs no Brasil para ajudar no crescimento do país. O dinheiro poderia ser investido nas

áreas de infraestrutura e na organização dos grandes eventos como a Copa do Mundo e a Olimpíada.

#### Com agências

Euro é tema de discussão entre as líderes brasileira e alemã

No ano passado, o euro caiu 6% em relação ao dólar americano

Nos últimos dias, a chanceler alemã Angela Merkel conversou longamente com a presidente Dilma Rousseff sobre a situação da moeda única europeia, o euro. As duas se encontraram em Hannover, na Alemanha, onde Dilma visitou a feira de tecnologia CeBIT, que, neste ano, tem o Brasil como parceiro. "Tivemos uma conversa extensa sobre a situação da economia mundial, falamos sobre a crise na zona do euro e a

necessidade de evitar desequilíbrios globais", disse Merkel. A chanceler ressaltou que o encontro foi proveitoso já que o **desenvolvimento** econômico do **Brasil** está ligado ao que está acontecendo na zona do euro neste momento.


A Alemanha está à frente do G-20, grupo de 20 países, incluindo o Brasil, que pede um aumento das contribuições do Fundo Monetário Internacional (FMI) para ajudar os países europeus que estão em crise.

No ano passado, o euro caiu 6% em relação ao **dólar** americano. Dilma está preocupada que a desvalorização das moedas estrangeiras possa fortalecer o real e prejudicar as

**exportações** brasileiras. A chanceler alemã disse que entende a preocupação da presidente Dilma sobre o impacto da crise europeia na economia brasileira..

Entretanto, ela ressaltou que o protecionismo unilateral deve ser evitado. Recentemente, o **Brasil** aumentou o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para carros **importados**.

Com agências

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Pressionado por guerra cambial e PIB, BC pode acelerar corte nos juros</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Crescimento do PIB desacelerou de 7,5% em 2010 para 2,7% em 2011.**

**Copom decide nesta quarta-feira a nova taxa básica de juros da economia.**

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central realiza nesta quarta-feira (7) seu segundo dia de reunião e deve baixar, pela quinta vez consecutiva, os juros básicos da economia brasileira. A decisão do BC será anunciada no fim desta quarta-feira, após as 18h.

De acordo com a expectativa da maior parte dos economistas dos bancos, a taxa Selic deve cair de 10,5% para 10% ao ano, um corte de 0,5 ponto percentual - a mesma intensidade das últimas quatro reduções. O processo de redução dos juros teve início em agosto do ano passado.

Há alguns analistas, porém, como Sidney Nehme, da NGO Corretora, que acreditam que o governo intensificará o processo de corte nos juros básicos da economia, promovendo uma redução maior, de 0,75 ponto percentual, para 9,75% ao ano, ou até mesmo de um ponto percentual, para 9,5% ao ano, nesta quarta-feira. Seria o maior corte desde junho de 2009 e posicionaria a taxa básica novamente no patamar de um dígito (algo que não ocorre desde junho de 2010, quando a taxa subiu para 10,25% ao ano).

O estrategista-chefe da Nomura Securities no Brasil, Tony Volpon, acredita em uma redução de 0,75 ponto percentual nesta quarta-feira, para 9,75% ao ano. Ele observou, por meio de informe, que, no mercado futuro, as apostas já estão em uma queda de cerca de 0,7 ponto percentual nesta semana, e que o mesmo mercado futuro também aponta para juros abaixo de 9% ao ano até julho de 2012. Atualmente, a perspectiva da maior parte dos analistas é de que a taxa termine este ano em 9,5% ao ano.

#### **Crise financeira**

A avaliação do mercado financeiro é de que a crise financeira internacional, que impacta para baixo o nível de atividade da economia brasileira e mundial, juntamente com o recuo dos preços das "commodities" (produtos básicos com cotação internacional), tendem a gerar menos pressões inflacionárias no Brasil possibilitando a continuidade dos

cortes nos juros por parte do BC. A própria autoridade monetária já avisou que vê "elevada probabilidade" de juros abaixo de 10% ao ano, mas não detalhou quando isso poderia acontecer.

#### **Guerra cambial**

A "guerra cambial" em curso, com a injeção de quase R\$ 9 trilhões nos mercados financeiros por parte dos BCs dos países mais desenvolvidos (Estados Unidos e Europa principalmente) nos últimos três anos, o que foi apelidado de "tsunami monetário" pela presidente Dilma Rousseff, é mais um fator que pressiona o Banco Central brasileiro a baixar os juros.

Somente na última semana, o Banco Central Europeu colocou no mercado US\$ 712 bilhões em empréstimos de longo prazo. Em dezembro do ano passado, outros US\$ 658 bilhões já tinham sido colocados em mercado.

A explicação é que parte destes recursos buscaria as economias emergentes, como o Brasil, que possuem juros elevados (gerando retorno financeiro maior para os investidores) e ainda registram um crescimento econômico um pouco mais elevado. Atualmente, por exemplo, os juros reais brasileiros (após o abatimento da inflação esperada para os próximos 12 meses) estão ao redor de 5% ao ano - os mais altos do planeta.

Com juros mais baixos, os economistas explicam que poderia haver um ingresso menor de recursos na economia brasileira e que, conseqüentemente, isso poderia aliviar a pressão pela queda do dólar fator que barateia as importações e torna as vendas externas brasileiras mais caras, minando, assim, a competitividade da produção nacional.

Segundo Nehme, da NGO Corretora, um corte maior nos juros nesta quarta-feira acontecerá justamente pela necessidade de tornar o país menos atrativo ao "capital especulativo externo" em meio à farta liquidez existente nos mercados. "Uma redução de 0,75% já será considerada normal, mas não está eliminada a possibilidade de um ousado corte de 1%, mas o fato concreto é que há convicção de que nesta reunião a taxa Selic será reduzida a 1 dígito [abaixo de 10% ao ano]", avaliou ele, em comunicado.

## Crescimento de 2011

Além da "guerra cambial", outro fator que coloca pressão sobre o Banco Central é a taxa de crescimento da economia registrada em 2011. Mesmo com a inflação ficando em 6,50% no ano passado, no teto do sistema de metas, o crescimento da economia somou 2,7%. Se for excluído o ano de 2009, quando o **PIB** recuou 0,6% por conta da primeira etapa da crise financeira internacional, foi a menor expansão desde 2003 (+1,1% de crescimento).

Ao comentar o resultado do **PIB**, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, avaliou que a redução dos juros é um dos fatores que vai ajudar a impulsionar a economia neste ano. "Há uma série de estímulos monetários que estão sendo implantados, como redução da taxa de juros e estímulos aos investimentos", declarou ele nesta terça-feira (6).


Para Tony Volpon, da Nomura Securities, o **PIB** de 2011 ficou abaixo das expectativas e representa um "resultado altamente insatisfatório para o governo". Ele lembrou que os investimentos avançaram 4,7% no ano passado, depois do crescimento de 21,3% registrado em 2010, e que a expansão industrial somou 1,6% em 2011 contra 10,4% no ano anterior. Em sua visão, estes resultados

são um "incentivo **importante**" para o BC "acelerar o passo do processo de queda dos juros".

## Sistema de metas e expectativas

Pelo sistema de metas de inflação, que vigora no Brasil, o Banco Central tem de calibrar os juros para atingir as metas pré-estabelecidas, tendo por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para 2012 e 2013, a meta central de inflação é de 4,5%, com um intervalo de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. Deste modo, o IPCA pode ficar entre 2,5% e 6,5% sem que a meta seja formalmente descumprida.

A expectativa do **mercado** financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2012 está em 5,24% e a perspectiva dos economistas dos bancos para 2013 subiu para 5,20% na última semana. Segundo informou recentemente o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, porém, a estimativa da autoridade monetária é de que o IPCA fique "ao redor" da meta de 4,50% neste ano e em 2013.

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Duas más notícias do desempenho do PIB</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## É ECONOMISTA DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA - O Estado de S.Paulo

### Análise: Samuel Pessôa

O IBGE divulgou ontem o resultado do **PIB** do quarto trimestre de 2011. Duas são as más notícias desse desempenho. A primeira é que apesar da redução dos últimos meses a inflação encontra-se acima da meta e nada indica que atingirá a meta ao longo de 2012. A segunda má notícia é que a indústria de transformação continua marcando passo. O crescimento desse subsetor da economia foi de -2,5% ante o trimestre anterior (no dado com ajuste sazonal), -3,1 contra o mesmo trimestre do ano anterior e crescimento de 0,1% na média de 2011 contra a média de 2010. Os mesmos números para o **PIB** agregado são respectivamente 0,3%, 1,4% e 2,7%.

Este tem sido o padrão de crescimento da economia brasileira desde a crise de 2008. Se tomarmos como base o terceiro trimestre de 2008 o **PIB** cresceu 8,2% enquanto que a indústria de transformação andou para trás 5,7%! Quando olhamos a evolução do demanda agregada, tomando por base novamente o terceiro trimestre de 2008, obtemos que o

consumo cresceu 15,5%. Para fazer a oferta que tem crescido menos caber dentro desta demanda é necessário absorver bens **importados**. De fato, novamente tomando como base o terceiro trimestre de 2008, as **importações** cresceram 35,1%, bem acima do crescimento de 7,0% das **exportações**.

O desempenho muito ruim da indústria de transformação não representa um desempenho ruim da economia. Desde a crise de 2008 acentuou-se um modelo de crescimento liderado pelo consumo. Este padrão de crescimento produz baixa poupança. Dado que a economia apresenta boas perspectivas o investimento cresce e, portanto, a diferença entre a poupança doméstica e o investimento tem que ser financiada pela poupança externa. Este é o drama de nossa indústria: a baixa poupança associada à enorme vantagem comparativa na **produção** de bens primários valoriza o câmbio de equilíbrio e força uma redução da participação da indústria no **PIB**. Se serviço fosse comercializável provavelmente nós **exportaríamos** carros para a Coreia e **importaríamos** serviços educacionais. Infelizmente para a indústria de transformação e para a sorte do setor de serviços educacionais não é possível para nós comprarmos estes serviços na Coreia!



	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mais medidas para o câmbio e a indústria</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**O governo prepara novas medidas cambiais. Uma das propostas em discussão é a redução do prazo, hoje de até 360 dias, nas operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC). Os exportadores estariam usando esses recursos para obter ganhos com o diferencial de juros externos e internos. Outra preocupação são os empréstimos intercompanhias. O objetivo é tributar "o que não for comprovadamente investimento estrangeiro direto"**

**País prepara "arsenal" para controlar capitais**

**Por Claudia Safatle | De Brasília**

O governo prepara medidas mais fortes de controle do movimento de capitais. O foco dos estudos são os exportadores que estariam contratando operações de Adiantamento de Contrato de câmbio (ACC) para aplicar no mercado doméstico à taxa Selic e, também, os empréstimos intercompanhias, dentre outros. Tudo o que for investimento estrangeiro direto legítimo, apoio às exportações e investimentos no mercado acionário será preservado, asseguram fontes oficiais.

Os técnicos estão olhando com microscópio as transações intercompanhias (da matriz no exterior para a empresa sediada no país). O objetivo é tributar "o que não for comprovadamente IED" e, para se municiar a esse respeito, o governo pode vir a exigir que a instituição que intermediar a operação preste informações sobre o destino desses empréstimos.

Essa é uma medida de difícil implementação, admitem as fontes, mas no arsenal de "guerra contra o tsunami monetário", ela é um dos alvos. A medida que tributou com IOF de 6% os empréstimos em moeda estrangeira com prazo de até três anos, anunciada semana passada, alcançou os empréstimos intercompanhias, mas considera-se que talvez não seja suficiente para conter o fluxo de operações entre a matriz e a filial.

Outra proposta em discussão é a redução de prazos dos ACCs. Hoje, os exportadores podem contratar o adiantamento com prazo de até 360 dias e, segundo fontes da área econômica, estariam usando os recursos para obter

ganhos de arbitragem (diferencial de juros externos e internos).

Embora o objetivo central do governo, no momento, seja conter a valorização da taxa de câmbio, o Ministério da Fazenda avalia, também, a ampliação da desoneração da folha de salários para outros segmentos da indústria de transformação. A estagnação desse setor preocupa o Planalto.

Não basta, porém, apenas estender para outras áreas a medida que transferiu a tributação da folha de salários para o faturamento das empresas. O governo reconhece que, para dar algum ganho de competitividade à indústria, será preciso baixar as alíquotas que incidem sobre o faturamento. Na medida original, de dezembro passado, a calibragem do imposto sobre faturamento, de 2,5% (para confecções, calçados) e de 1,5% (para softwares), não representou redução de carga tributária.

O uso do Fundo Soberano do Brasil (FSB) para comprar dólares é outra medida do "arsenal ilimitado". A vantagem, segundo fontes oficiais, é o elemento "surpresa" que pode introduzir no mercado de câmbio. Do ponto de vista operacional, está tudo pronto para associar a ação do FSB à do BC e há, inclusive, sobra de cerca de R\$ 2 bilhões do fundo em operações compromissadas do BC.

Câmbio, de um lado, e crescimento econômico, de outro, são as duas fontes de preocupação do governo. Sabe-se que, se conseguir depreciar um pouco o real, a indústria de transformação pode reagir bem e reforçar o crescimento. A redução dos juros é crucial para reduzir os ganhos de arbitragem e os custos de carregamento das reservas cambiais. Hoje, o Copom decide mais um corte na Selic. Uma fonte qualificada dizia ontem: "O normal é um corte de 0,5 ponto. Mas se vier 0,75 não me surpreenderá".

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Com alta do consumo e queda da indústria, PIB sobe 0,3% no 4º tri</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Por Arícia Martins, Carlos Giffoni, Tainara Machado, Julianna Ennes e Diogo Martins | De São Paulo e do Rio**

A economia entrou em trajetória de recuperação no último trimestre do ano passado. Sustentada pelo consumo das famílias, a retomada não foi acompanhada pela indústria. No quarto trimestre de 2011, o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu 0,3% sobre o terceiro trimestre na série que desconta fatores sazonais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na mesma comparação, o consumo das famílias aumentou 1,1%, enquanto a indústria recuou 0,5%, com queda de 2,5% no setor de transformação, maior retração entre todos os componentes do **PIB**.

No conjunto da economia brasileira, a alta de 0,3% no último trimestre de 2011 mostra tímida recuperação em relação ao terceiro trimestre, quando o **PIB** recuou 0,1%, em dado corrigido pelo IBGE (o primeiro resultado, divulgado em dezembro, apontava crescimento zero). No ano, o **PIB** cresceu 2,7%, mostrando forte desaceleração em relação ao crescimento de 7,5% registrado em 2010. Em valores, o **PIB** somou R\$ 4,1 trilhões em 2011.

Enquanto a demanda das famílias mostrou forte recuperação em reação ao aumento da renda, da ocupação e do desmonte das medidas de controle da demanda - alta de juros e contenção de crédito adotadas pela autoridade monetária para desacelerar a economia após o forte ritmo do fim de 2010 -, o investimento ainda não mostrou reação. Depois de cair 0,4% no terceiro trimestre (também dado revisado pelo IBGE), a formação bruta de capital fixo (componente do **PIB** que mede o consumo em máquinas, equipamentos e construção civil) avançou só 0,2% no quarto trimestre.

Para economistas, o ciclo de aperto monetário já revertido, que vigorou no início do ano passado em um cenário de câmbio valorizado e crise externa, afetou o desempenho da indústria, setor que já sofria com falta de competitividade, derivada de outros custos. Em 2012, a recuperação fraca da economia mundial e um **dólar** ainda barato vão impedir que a indústria tenha participação maior na retomada da economia, que seguirá apoiada no consumo e no setor de serviços, dizem os economistas. Para que a indústria acompanhe mais de perto

o consumo das famílias este ano, acrescentam, apenas reduzir a taxa de juros pode ser insuficiente. As projeções para o crescimento do **PIB** de 2012 variam de 3% a 4%.

Julio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi), diz que é preocupante a perda de importância que a indústria de transformação vem apresentando no **PIB**. Em 2011, a participação do setor recuou para 14,6%, ante 16,2% em 2010. "Sem dúvida, há uma substituição da **produção** nacional pela **importação**. Nos Estados Unidos, um símbolo de desindustrialização nas últimas décadas, a participação da indústria circula pouco abaixo de 14%, índice próximo ao brasileiro."

O avanço dos **importados** pode ser constatado no detalhamento do **PIB**. Apesar da queda na indústria de transformação, o consumo das famílias cresceu 1,1% na passagem do terceiro para o quarto trimestre, descontadas as sazonalidades, período em que as **importações** de bens e serviços aumentaram 2,6%, maior variação entre os cinco componentes da demanda. Na mesma medida, as **exportações** cresceram 1,9%.

Mariano Laplane, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), acredita que as medidas para o desaquecimento da economia, adotadas pelo governo, foram subestimadas pelo **mercado**. "As macroprudenciais funcionaram muito mais do que se imaginava. Curiosamente, nem todo mundo desacelerou com a mesma intensidade." Ele aponta a restrição ao crédito e a taxa de câmbio como principais razões para a dificuldade de expansão da atividade industrial.

Com a demanda global reprimida e capacidade ociosa na **produção** mundial, a concorrência com os **importados** também deve dar o tom em 2012 e limitar o crescimento da indústria doméstica, afirma Luís Otávio de Souza Leal, economista-chefe do banco ABC Brasil. "A queda da taxa de juros até ajuda alguma coisa, porque ajuda a reduzir custos, mas não é suficiente para tornar nossos produtos competitivos, porque, com o enfraquecimento da economia mundial, os **importados** ficam ainda mais baratos". Assim, diz Leal, para

um **PIB** de 3,7% em 2012, a **produção** e o **PIB** industrial devem crescer, no máximo, cerca de 2%.

Frente ao quadro de fraqueza vivido pela indústria, o governo deve acenar com mais medidas para incentivar a **produção**, diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, como novas taxações sobre derivativos para tentar impedir a entrada de **dólares** no país e mais desonerações e subsídios para setores específicos. Nada disso, no entanto, será suficiente para dinamizar a **produção**, que, na melhor das hipóteses, crescerá 2,5% em 2012, frente à projeção de 3,5% para o **PIB**. "O governo parece não perceber que o problema da indústria é muito mais grave do que o câmbio. O tipo de solução mais adequada seria atacar a questão dos custos industriais ao invés de privilegiar alguns setores", diz.

Ao contrário de Vale, Gomes de Almeida não acredita que a indústria brasileira tem baixa produtividade ou é pouco competitiva. "A questão é que nossa política econômica é anti-industrial, e isso tem um preço". Em nota, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) apontou a alta carga tributária e o custo de energia entre os problemas que tiram a competitividade da indústria nacional.

O IEDI projeta um crescimento de até 3% da indústria neste ano, puxado principalmente pela liberação de estoques, que acontece no primeiro trimestre, e por medidas do governo de incentivo à atividade. "O aumento do salário mínimo vai expandir a demanda. O setor de alimentos e bebidas, em que a participação dos **importados** é fraca, é muito afetado pelo aumento dos salários", diz Gomes de Almeida.

Atenção frente ao câmbio, uma estratégia mais ativa de defesa comercial e medidas mais abrangentes para reduzir os custos de **produção** são apontadas como decisivas para o fortalecimento da indústria. "Temos que continuar reduzindo os juros e evitar um fluxo de recursos que vêm ao **Brasil** explorar o diferencial da nossa taxa", afirma Laplane. "A indústria está muito mais apta para crescer do que os números dizem, mas a conjuntura não está permitindo que ela ganhe impulso pelo **mercado** doméstico".

De acordo com Roberto Olinto, coordenador de Contas Nacionais, departamento do IBGE responsável pelo cálculo do **PIB**, a indústria de transformação é o "núcleo central da economia". Segundo ele, sistematicamente, o que se vê em todas as taxas é a indústria de transformação com o pior desempenho do **PIB**. Segundo dados do IBGE, os destaques negativos do setor foram vestuário e acessórios, artigos de plástico e metalurgia, entre outros. Ainda assim, a indústria de transformação teve também destaques positivos, como máquinas e equipamentos, produtos de metal, caminhões e ônibus.

No ano e no último trimestre, agropecuária e serviços ajudaram o **PIB** pelo lado da oferta. Na comparação com o terceiro trimestre, estes setores subiram 0,9% e 0,6%, respectivamente. Em 2011, agropecuária cresceu 3,9% e serviços acompanhou a alta de 2,7% do **PIB**.